

Política

CRISE

O presidente reuniu seus ministros leais, seus líderes e deu a ordem: uma coligação mais forte que a que apoiou Tancredo Neves. Prazo: 15 dias.

Sarney quer ser mais forte que Tancredo

O presidente José Sarney pretende formar uma nova coligação de apoio ao seu governo no Congresso Constituinte, bem maior que a antiga Aliança Democrática que permitiu a eleição de Tancredo Neves. E já tem um prazo para isso: 15 dias. Essa foi a principal orientação de Sarney, ontem, durante reunião com os líderes governistas na Câmara e no Senado e mais dez ministros.

A reunião foi no Palácio da Alvorada e durou quase duas horas. Sarney, segundo o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, traçou um plano dividido em três etapas: na primeira, será feito um levantamento, Estado por Estado, das forças com que o governo pode contar quando precisar de votos no Congresso. Na segunda, as lideranças dos partidos que aderirem à nova aliança discutirão com o governo suas diretrizes e metas, inclusive de ordem econômico-financeira. E na terceira etapa, o próprio Sarney se encarregará de consagrar a aliança, convidando solenemente os presidentes dos partidos.

De acordo com o senador Édison Lobão, citando informações do Planalto, Sarney já conversou com Ulysses Guimarães sobre o seu plano. E caberia aos presidentes do PMDB, do PFL, do PTB e eventualmente de outras legendas decidirem sobre a formação da nova aliança. Mas se falhar esse plano, diz Lobão, as lideranças governistas formariam o chamado "bloco da transição democrática", que teria caráter formal no Congresso e informal na Constituinte.

Mas a primeira etapa para formação da aliança está em pleno desenvolvimento, segundo Carlos Sant'Anna e "nos próximos dias teremos fatos concretos". Num levantamento preliminar, feito por Sant'Anna e o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, apresentado na reunião de ontem, Sarney contaria atualmente com cerca de 340 constituintes. Em São Paulo, o governo teria sólida maioria, bem como em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. O Rio Grande do Sul aparece como problema, bem como a Bahia. No entanto, até mesmo o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas — que assinou o manifesto de rompimento com Sarney — está admitindo comocerta a previsão de Édison Lobão, de que a maioria do PMDB apoiará o governo.

Além de Sant'Anna e Lourenço, participaram da reunião de ontem os ministros Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil), Prisco Viana (Habitação), Borges da Silveira (Saúde), José Hugo Castelo Branco (Indústria e Comércio), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), Hugo Napoleão (Educação), José Reinaldo Tavares (Transportes), Jader Barbalho (Reforma Agrária), João Alves (Interior), Iris Rezende (Agricultura), e o assessor especial de Sarney, Thales Rama.

Os ministros continuarão também atuando no que chamam de "vigília cívica"

para garantir os cinco anos de mandato para Sarney. Ficou decidido que esse "grupo institucional" continuará sua luta corpo a corpo e alguns dos ministros acreditam mesmo na possibilidade de conquistar vários votos que no dia 22 de março foram para o presidencialismo, mas também para os quatro anos de mandato aos futuros presidentes. Ficou ainda decidido que cada um atuará "dentro dos limites da ética", embora tenham a orientação de não deixar ninguém frustrado ou irritado com o governo por pedidos não atendidos.

Impossível?

Apesar de todo o entusiasmo de Sarney, no entanto, o presidente do PFL, senador Marco Maciel e mais três parlamentares do partido — Luiz Eduardo Magalhães (filho do ministro das Comunicações), Oscar Correia Júnior (MG) e Arnaldo Prieto (RS) — consideraram totalmente inviável a reorganização de uma aliança nos moldes da Aliança Democrática. Segundo eles, em Minas, na Bahia e no Rio Grande do Sul as bases não aceitam mais acordos com o PMDB.

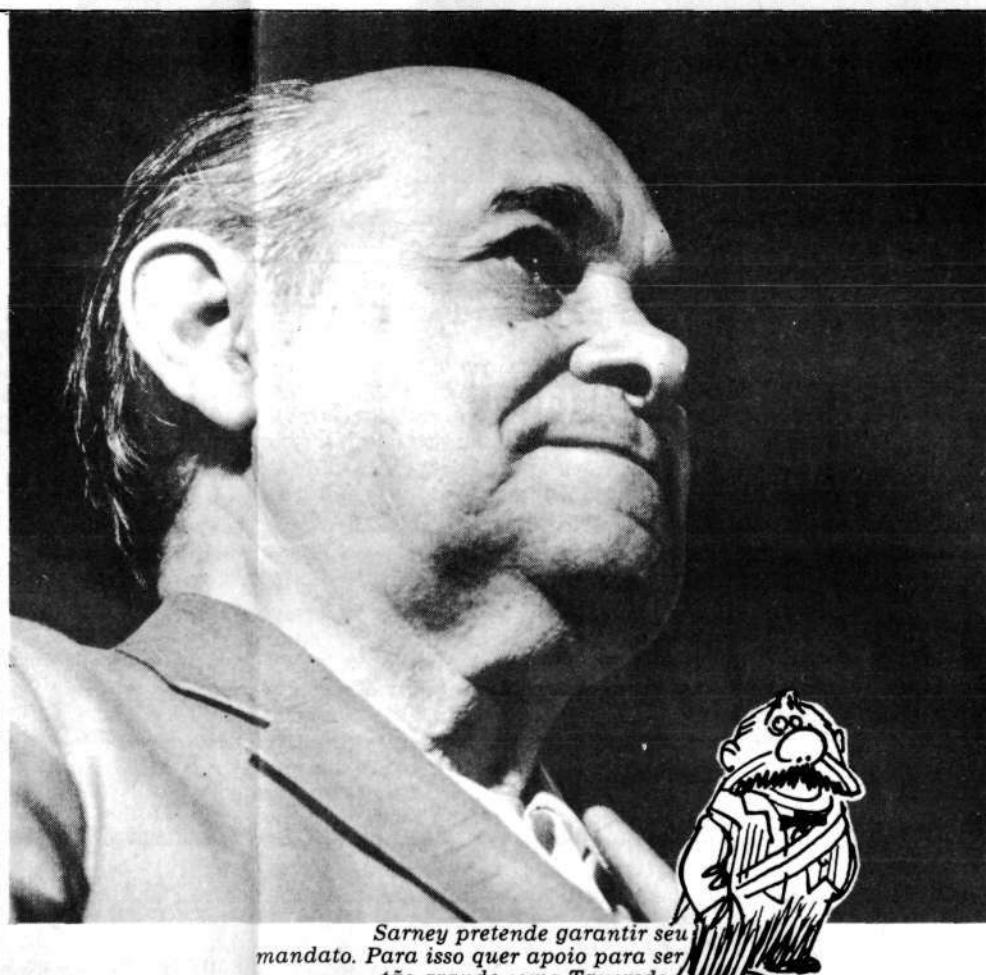
Marco Maciel vai mais longe garantindo que nem mesmo a formação de um bloco governista político-parlamentar será possível. Esse bloco, segundo ele, "não é bom para a democracia nem para o governo". E citou o exemplo do Centrão, "que não teve êxito porque não se apoiava em estrutura partidária". Mesmo assim, ele admitiu que voltará a conversar com Sarney, se convidado, para ouvir suas propostas e transmiti-las ao partido. Na verdade, ultimamente Sarney vem sondando Maciel, o ex-ministro da Educação, senador Jorge Bornhausen e o senador Guilherme Palmeira, para que voltem a apoiar o governo. Eles ainda resistem, mas contra a esmagadora maioria do partido que quer continuar apoiando o governo sob liderança de José Lourenço e dos ministros ligados ao PFL: Antônio Carlos Magalhães, Hugo Napoleão, João Alves e Abreu Sodré.

O bloco do rompimento

Contra as forças governistas combate o bloco do rompimento do PMDB, que não mais aceita apoiar o governo e deve divulgar ainda esta semana um manifesto anunciamdo sua decisão. No Senado, 25 dos 43 senadores do partido já assinaram o documento, entre eles Mário Covas, José Richa, Fernando Henrique Cardoso, Severo Gomes, Ronan Tito e José Fogaça.

Na Câmara, o manifesto tinha sido assinado por mais de 30 deputados, até a tarde de ontem. Além do rompimento com Sarney o documento defende a formação do bloco independente no partido e insiste na luta pelas eleições presidenciais ainda este ano.

Vários peemedebistas que pretendem anunciar sua saída do partido nesta semana estão recebendo apelos para que assinem antes o manifesto e em seguida aguardem outra oportunidade para sair.



Sarney pretende garantir seu mandato. Para isso quer apoio para ser tão grande como Tancredo.

Junta militar? Passarinho não ouviu nada.

Segundo o senador Jarbas Passarinho, em nenhum momento de seu encontro com os presidentes dos quatro principais partidos políticos do País (PMDB, PFL, PDS e PDT), o ministro Paulo Brossard falou sobre a hipótese de uma junta militar assumir o governo por 120 dias com a renúncia do presidente José Sarney. Em testemunho sobre a reunião, publicado ontem, Passarinho diz que Brossard transmitiu a posição de Sarney: "Se a Constituinte lhe reduzisse o mandato para quatro anos, considerar-se-ia cassado e só teria duas opções a tomar: ir ao Supremo Tribunal, na defesa de seu direito, ou deixar o governo". O ministro acrescentou logo que o presidente se recusaria a recorrer ao Supremo, o que leva à conclusão óbvia: "Viria a renúncia imediata".

Com a renúncia de Sarney haveria a convocação de seus sucessores: o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado Federal e o presidente do Su-

premo Tribunal Federal. "Um deles certamente assumiria o governo. Cumprindo a Constituição vigente, marcaria eleições dentro de 30 dias para eleger um presidente, pelo voto direto, e governar até o fim do mandato, ou seja, por menos de um ano", relata Passarinho.

Sentindo que o presidente da República transferia o grave problema para os políticos, o deputado Ulysses Guimarães, embora sendo presidencialista, decidiu propor a adoção do parlamentarismo com mandato de cinco anos, uma solução considerada com um mínimo de risco. Mas enquanto o ministro da Justiça tentava a composição política junto a Ulysses, Passarinho, Marco Maciel e Paiva Muniz, "forças poderosas junto ao governo preferiam bater-se no Plenário da Constituinte votando a emenda presidencialista.

No artigo, o ex-ministro dos governos militares garante que essa é a pura verdade de o que ocorre, negando a "versão de

Bahia: aí vêm as recompensas. E os castigos.

Critérios de divisão e pessoas que substituirão os atuais 26 ocupantes de cargos de confiança do governo federal da Bahia. Essa tem sido a preocupação dos deputados governistas baianos sob a coordenação do deputado constituinte Benito Gama, PFL (indicado pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães), com a responsabilidade de evitar brigas internas e buscando substituir pessoas indicadas por deputados que votaram contra o presidencialismo e contra os cinco anos.

Embora não exista uma data estipulada para a substituição dos atuais dirigentes de órgãos federais na Bahia — "eles, infelizmente, até agora não pediram demissão, mas vão sair de qualquer jeito", garante o deputado Luis Cabral, líder do PFL na Assembleia Legislativa —, o processo de divisão já está praticamente concluído e a expectativa dos deputados estaduais do PFL é a de que caiba a eles a indicação dos agentes do Funrural no Interior do Estado que são em cidades pequenas e, portanto, eficientes cabos eleitorais. Os governistas baianos resolveram preparar-se com antecedência para as substituições. Estão certos de que as mudanças ocorrerão.

repórteres expressivos" sobre uma tentativa de golpe de Estado, "com a mirabolante e suposta decisão de intervenção das Forças Armadas". Acrescenta não fazer "o menor sentido trocar, numa hipótese, (a da renúncia do presidente Sarney) o governo provisório do presidente do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, para fazer eleições em 30 dias, por um governo igualmente transitório, de uma junta militar, para marcar eleições dentro de quatro meses".

O senador paraense, que também é coronel da reserva do Exército, diz que não há "como levar a sério a denúncia espalhafatosa", diante das "gravíssimas repercussões internas e externas de um golpe de Estado".

Admite uma hipótese: "Se o anseio pela notoriedade for maior que a responsabilidade profissional" de quem deu a notícia, o que, arrisca Passarinho, "não é de todo descartável".